

CONHECIMENTO GERAL

CARTÃO – PROVA 01

– LÍNGUA PORTUGUESA –

Leia, atentamente, o texto a seguir:

**A crase fora da lei**

(1) A crase não foi feita para humilhar ninguém. Esse aforismo, criado há cinquenta anos pelo poeta Ferreira Gullar num momento de humor, agora está sendo usado como arma para acabar com o acento grave (´) no a. O deputado João Herrmann Neto pretende abolir esse acento do português do Brasil por meio do projeto de lei 5.154, de 2005.

*“Art. 1º – Fica extinto o uso do acento grave para indicar a ocorrência da crase.*

*Parágrafo único – A ocorrência de crase da preposição a com o artigo, pronome demonstrativo e pronome relativo continuará normalmente, deixando apenas de ser indicada pelo acento grave.*

*Art. 2º – Conceder-se-á às empresas editoras de livros e publicações o prazo de 3 (três) anos para o cumprimento do que dispõe esta Lei.*

*Art. 3º – Esta Lei entrará em vigor 30 dias após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”*

(2) Curto e grosso. Ainda bem que o involuntariamente engraçado parágrafo único do artigo primeiro consente que o fenômeno lingüístico continue existindo. Que alívio! Porque tal fenômeno existe independentemente da vontade dos viventes e falantes da língua. Por sábios ou tolos que sejam. Aliás, se pretendesse abolir um fato sintático, seria como se tentasse revogar a lei da gravidade. Ou, mais difícil: determinar que todos os políticos fossem honestos. Ou, mais ainda: que os governantes governassem em benefício dos governados, da população, e não, deslumbrados, em interesse pessoal, da corte, de agregados e concessionários. Como o atual e o anterior, por exemplo.

**Tropeçando nos acentos**

(3) Para justificar seu projeto, o deputado cita a frase de Ferreira Gullar e a crônica “Tropeçando nos Acentos”, em que o escritor Moacir Scliar reclama do excesso de sinais gráficos usados na língua (...).

(4) – O emprego do acento grave para marcar a crase não tem feito outra coisa desde sua instituição a não ser humilhar muita gente. Ao escrever, oito entre dez brasileiros encontram dificuldade com relação a questões de crase. Isso é de conhecimento de todos. O problema já começa com o próprio significado da palavra crase, que passou a designar o acento que se aplica – diz o deputado.

(5) Oito entre dez? De que universo terá o deputado tirado a conclusão? Do mundo político? Pelo espetáculo das CPIs, talvez tenha sido otimista. Herrmann se apóia neste trecho da crônica de Scliar:

(6) “Alguém já disse que os ingleses conquistaram o mundo porque não precisavam perder tempo acentuando as palavras. Pode não ser verdade, mas o gasto de energia representado pelos agudos, pelos circunflexos, pelos tremas é uma coisa impressionante. E a pergunta é: para quê, mesmo? Alguém já disse que a crase não foi feita para humilhar ninguém (...)”

(7) O “alguém” lembrado por Scliar deve ter sido Monteiro Lobato, inimigo de todos os acentos. Ele se recusava a usá-los. Dizia que a língua inglesa – sem nenhum acento – ultrapassara de longe a francesa, em que se perde tempo pondo às vezes até três acentos numa só palavra – é só lembrar os participios passados *accéléré, écrété, téléphoné*.

(8) Informado, no entanto, de que seu nome dançava no projeto do deputado Herrman, Scliar foi cauteloso:

(9) – Sou a favor, sim, da simplificação do sistema de sinais da língua. Para os que a estão aprendendo e para os que não têm grande intimidade com ela, o sistema de acentuação é um complicador. Mas jamais se deveria pensar no assunto sem um estudo lingüístico profundo, sem uma análise cuidadosa das implicações. Basta lembrar que nossa língua passou por várias reformas, sempre com alguma confusão.

(10) Ferreira Gullar discorda, e lembra o surgimento da frase.

(11) – Em 1955, publiquei no *Suplemento Literário do Diário de Notícias*, no Rio, os meus aforismos sobre a crase. Esse, usado pelo deputado, foi um deles. Eis alguns outros. “*Quem tem frase de vidro não joga crase na frase do vizinho*”; “*Frase torcida, crase escondida*”, “*Uns craseiam outros ganham fama*”; “*Campeões da crase, quando erram, ditam leis*”.

(12) Mais tarde, a crônica foi publicada no livro *A Estranha Vida Banal*. Quanto ao projeto, é incisivo.

(13) – Minha frase foi uma brincadeira. Não tenho nada contra o acento indicador da crase. Acho que acabar com ele não tem cabimento. Ainda mais dessa forma. A tendência de tudo simplificar indica menosprezo pela inteligência alheia. Faz pressupor que pessoas não especializadas são incapazes de aprender uma coisa relativamente simples. Parece um culto à preguiça. Quanto a dizer que erram muito na identificação da crase, é verdade. Mas erram em tudo, não só na crase. (...)

#### “**Totalmente absurdo**”

(14) O professor Evanildo Bechara, da Academia Brasileira de Letras, também critica o projeto.

(15) – O deputado apóia-se num artigo em que o Scliar reclama da plethora de acentos. Embora faça menção à crase, referia-se ao excesso de acentos. Mas já foi pior. A reforma de 1971 aboliu quase inteiramente os acentos diferenciais. Pela regra anterior, acentuavam-se, por exemplo, palavras como o pronome “*êle*”, para estabelecer diferença com a letra “*ele*”; (...); “*aquêle*”, pronome, e “*aquele*”, do verbo “*aqueclar*”. Mas a crase é um fenômeno de sintaxe. O deputado está misturando as coisas. É um projeto totalmente absurdo.

(16) A professora Maria Helena de Moura Neves, da UPM e da Unesp e do Mackenzie, analisou o projeto e conclui:

(17) – Uma iniciativa do gênero teria, em primeiro lugar, de ser cientificamente fundamentada: a evocação de razões teria de partir de questões ligadas à sustentação do sistema lingüístico (por exemplo, há estudiosos que defendem, sim, que esse acento grave não se justifica, porque o *a* artigo e o *a* craseado não se distinguem foneticamente, no Brasil). Por isso mesmo, uma iniciativa desse tipo teria de fazer parte de uma política global de simplificação das notações diacríticas, que não perdesse de vista o sistema como um todo, tratando coerentemente todos os fatos do mesmo âmbito. De qualquer modo, nunca poderia vir como medida salvadora de alunos (e professores), que, com ela, evitariam a necessidade de estudar tanto!

(18) Francisco Platão Savioli, professor e coordenador de gramática e texto no Anglo Vestibulares, é mais agressivo na oposição.

(19) – Está rolando um tsunami político, e o cidadão se preocupa com a folha que ameaça entupir a calha. Coisa irrelevante. Não tem cabimento legislar sobre um assunto como esse. E fora de hora. A propósito, um exemplo: *A noite chegou*. Na

linguagem falada há ambigüidade; na escrita, depende do acento. Alguém chegou à noite, ao escurecer? Ou foi a noite que chegou no fim da tarde? Como saber o sentido de uma frase como essa, sem o acento?

(20) O deputado Herrmann Neto diz que a ambigüidade será resolvida pelo contexto. Nem sempre.

(21) *Lenise cheira a rosa*. Essa afirmação será ambígua, se oral. Se escrita, terá sentidos diferentes com ou sem o acento grave no “a” que precede “rosa”. *Lenise cheira a rosa* significa obviamente que a dama aspira o perfume da rosa. *Lenise cheira à rosa* quer dizer que a princesa tem o perfume da flor, nem é preciso explicar.

(22) Mais? *Matar alguém a fome* X *Matar alguém à fome*. Sem acento, alguém mata a própria fome. Com acento, mata-se alguém pela fome. Como na África ou em ásperas periferias brasileiras.

(...)

(23) Os seguintes títulos de jornais, por exemplo, foram lembrados pelo professor Platão:

(24) “Tim Maia depõe a CPI e acusa gravadoras.”

(25) “Testemunha que depôs a relatora da ONU é morta.”

(26) Esculpidos por redatores distraídos, tais títulos saíram sem o necessário acento no a. Conseqüência: Tim Maia acabou com a CPI, e a poderosa testemunha destituiu a relatora da ONU.

(...)

### **Luft decifra a crase**

(27) A propósito de frases de sentido ambíguo, com ou sem acento no a, a Editora Globo vai lançar em breve o primeiro volume de inéditos em livro do filólogo Celso Pedro Luft (1921-1995), *Decifrando a crase: o domínio do a acentuado*, um longo e detalhado estudo sobre o assunto. É trabalho organizado e supervisionado pela viúva do autor, a escritora Lya Luft, e coordenado pelo professor Marcelo Módolo, da Universidade de São Paulo.

(28) Nesse trabalho, talvez o mais profundo já feito sobre a crase, Luft sugere que o acento no a deveria ser abolido do português brasileiro e reservado apenas para os casos especiais, nos quais haja ambigüidades. *Cheirar a gasolina* e *cheirar à gasolina* é um deles, registrado por Módolo na apresentação. Outros, citados por Luft:

(29) *Alguém bateu a porta* X *Alguém bateu à (na) porta*.

(30) *A moça correu as cortinas*. X *A moça correu às (para as) cortinas*.

(...)

(31) Os exemplos são auto-explicativos.

(32) “Isso nos mostra a utilidade – e mesmo a necessidade – do acento no a: antes de tudo, é um imperativo de clareza”, registrou Luft no texto.

(33) Difícil discordar da argumentação de quem estudou o assunto tão bem e por tanto tempo. No entanto, quando o Congresso tiver feito um bom expurgo no pedaço e estiver menos atarefado, talvez possa discutir o projeto e iluminar definitivamente o tema. É o que todos esperamos ansiosos.

(MACHADO, Josué. A crase fora da lei. *Língua Portuguesa*. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 30-5, out./nov. 2005.)

**Questão 1:** O autor, ao longo do texto, procura, principalmente:

- a) criticar posições contrárias à abolição do sinal da crase.
- b) endossar posicionamentos a favor da eliminação do sinal da crase.
- c) informar sobre diversas opiniões quanto ao emprego do sinal da crase.
- d) esclarecer o teor de projeto polêmico sobre a eliminação do sinal da crase.
- e) ilustrar como literatos e gramáticos não se entendem quanto à eliminação do sinal da crase.

**Questão 2:** “A crase não foi feita para humilhar ninguém.” (§ 1) Esse aforismo:

- a) não ampara a tese defendida pelo deputado Herrman.
- b) reflete a inabilidade de seu autor no uso do sinal da crase.
- c) dissocia sinal indicativo da crase de iniciativa particular.
- d) afina-se com o pensamento dos autores citados no texto.
- e) deixa implícita a dificuldade no domínio da convenção.

**Questão 3:** “Parágrafo único – A ocorrência de crase da preposição a com o artigo, pronome demonstrativo e pronome relativo continuará normalmente, deixando apenas de ser indicada pelo acento grave.” (§ 1). Josué Machado se refere a esse parágrafo como “involuntariamente engraçado” (§ 2) porque:

- a) consente algo que independe de assentimento.
- b) o humor é incompatível com textos legislativos.
- c) pretende relevar a impropriedade do humor.
- d) a crase não deveria ser alvo de legislação.
- e) só a lei pode preservar o sinal da crase.

**Questão 4:** Relendo o segundo parágrafo como um todo, percebe-se que nele o articulista se mostra nitidamente:

- a) místico.
- b) satírico.
- c) conservador.
- d) alienado.
- e) apolítico.

**Questão 5:** O professor Evanildo Bechara (§ 15) procura mostrar que o deputado João Herrman, quando se apóia na crônica de Scliar (§ 6) para justificar seu projeto “anticrase”,

- a) foi realmente ao cerne da questão.
- b) não percebeu a real intenção do cronista.
- c) ratificou as idéias absurdas do cronista.
- d) antecipa interesse de erradicar os acentos.
- e) revela conhecimento de fenômenos sintáticos.

**Questão 6:** Aponte o par cujos autores citados por Josué Machado apresentam posições que se opõem integralmente às defendidas por João Herrman Neto.

- a) Evanildo Bechara (§ 15) e Celso Pedro Luft (§ 28)
- b) Francisco Savioli Platão (§ 19) e Celso Pedro Luft (§ 28)
- c) Ferreira Gullar (§ 13) e Evanildo Bechara (§ 15)
- d) Moacir Scliar (§ 9) e Maria H. Neves (§ 17)
- e) Moacir Scliar (§ 9) e Ferreira Gullar (§ 13)

**Questão 7:** O aforismo “*Campeões da crase, quando erram, ditam leis*” (§ 11) permite o entendimento de que:

- a) o emprego do sinal da crase pode ser balizado por legislação específica.
- b) os especialistas de renome é que deveriam legislar sobre o sinal da crase.
- c) a língua escrita evolui lentamente no que se refere ao uso do sinal da crase.
- d) o que é certo hoje, na língua escrita, pode ter sido considerado erro no passado.
- e) o erro de especialistas no assunto crase não legitima o desvio cometido.

**Questão 8:** “Tim Maia depõe a CPI e acusa gravadoras.” (§ 24) Esse segmento é usado por Savioli para demonstrar que o sinal da crase é:

- a) irrelevante, pois o contexto se encarrega de esclarecer sentidos.
- b) esquecido, muitas vezes, pelos redatores dos jornais brasileiros.
- c) de uso nitidamente facultativo, em vários contextos.
- d) uma das dificuldade mais comuns da língua portuguesa.
- e) necessário para evitar a ambigüidade de certas construções.

**Questão 9:** “– Em 1955, publiquei no *Suplemento Literário do Diário de Notícias*, no Rio, os meus aforismos sobre a crase. Esse, usado pelo deputado, foi um deles.” (§ 11) O emprego do demonstrativo, no trecho de Ferreira Gullar, atende aos princípios da língua escrita culta, assim como em todas as alternativas seguintes, **exceto**:

- a) Preocupa-me isto: a possível eliminação do sinal indicativo da crase.
- b) Querem eliminar o sinal da crase. Isso preocupa muito alguns especialistas.
- c) Errei na “crase” e na acentuação. Esta vai passar por uma reforma; aquela também está na mira da lei.
- d) Nesses tempos que estamos vivendo, até com a “crase” querem mexer.
- e) Este sinal da crase, aqui estampado no livro, é uma aberração gráfica.

**Questão 10:** “O problema já começa com o próprio significado da palavra crase, que passou a significar o acento que se aplica – diz o deputado.” (§ 4 ) Considerando que, a rigor, crase é a fusão de duas vogais idênticas em uma só, aponte a alternativa em que o acréscimo à fala do parlamentar contribui para torná-la tecnicamente mais precisa.

- a) O problema já começa com o próprio significado da palavra crase, que passou a significar o acento que se aplica e não o fenômeno ortográfico.
- b) O problema já começa com o próprio significado da palavra crase, que passou a significar o acento que se aplica e não o fenômeno fonético.
- c) O problema já começa com o próprio significado da palavra crase, que passou a significar o acento que se aplica e não o fenômeno estilístico.
- d) O problema já começa com o próprio significado da palavra crase, que passou a significar o acento que se aplica e não o fenômeno morfológico.
- e) O problema já começa com o próprio significado da palavra crase, que passou a significar o acento que se aplica e não o fenômeno semântico.

**Questão 11:** Em todas as alternativas, o elemento grifado tem função coesiva e retoma o termo anterior, **exceto** em:

- a) “Minha frase foi uma brincadeira. Não tenho nada contra o acento indicador da crase. Acho que acabar com ele não tem cabimento.” (§ 13)
- b) “O ‘alguém’ lembrado por Scliar deve ter sido Monteiro Lobato, inimigo de todos os acentos. Ele se recusava a usá-los.” (§ 7)
- c) “A crase não foi feita para humilhar ninguém. Esse aforismo, criado há cinquenta anos pelo poeta Ferreira Gullar num momento de humor...” (§ 1)
- d) “O problema já começa com o próprio significado da palavra crase, que passou a designar o acento que se aplica – diz o deputado.” (§ 4)
- e) “ ... Para justificar seu projeto, o deputado cita a frase de Ferreira Gullar e a crônica ‘Tropeçando nos Acentos’” (§ 3)

**Questão 12:** A julgar pelas informações do professor Bechara (§ 15), pode-se concluir que, dos pares de palavras seguintes, somente o primeiro elemento de um deles **não** se encontra registrado em dicionário publicado segundo a reforma de 1971. Aponte-o.

- a) sabiá (substantivo) / sabia (verbo)
- b) fábrica (substantivo) / fabrica (verbo)
- c) comércio (substantivo) / comercio (verbo)
- d) tevê (substantivo) / teve (pretérito perfeito de *ter*)
- e) colhêr (verbo) / colher (substantivo)

**Questão 13:** “Quem tem frase de vidro não joga crase na frase do vizinho”, diz o poeta Ferreira Gullar. (§ 11) Nas alternativas seguintes, há “frases de vidro”, **exceto** em:

- a) Não haviam motivos para que eles ficassem tão desconfiados.
- b) Estou trabalhando nesta empresa a mais de oito anos.
- c) É muito difícil para mim aceitar as injustiças que se cometem.
- d) Daqui há alguns meses vou viajar para os Estados Unidos.
- e) Os motivos porque ele faltou são conhecidos pelos condôminos.

**Questão 14:** Em “– O emprego do acento grave para marcar a crase não tem feito outra coisa desde sua instituição a não ser humilhar muita gente.” (§ 4), os segmentos destacados expressam relações semânticas, respectivamente, de:

- a) fim, tempo e exceção.
- b) lugar, tempo e causa.
- c) fim, espaço e tempo.
- d) consequência, causa, modo.
- e) causa, tempo, exceção.

**Questão 15:** “Ao escrever, oito entre dez brasileiros encontram dificuldades com relação a questões de crase.” (§ 4) Confirma a afirmação do deputado uma redação do tipo:

- a) Preocupam-me as questões de crase.
- b) Refiro-me às questões de crase.
- c) Entendi a difícil questão de crase.
- d) Refiro-me à qualquer questão de crase.
- e) Fiz referência às duas questões de crase.

**Questão 16:** “O ‘alguém` lembrado por Scliar deve ter sido Monteiro Lobato, inimigo de todos os acentos.” (§ 7) Nesse segmento, o autor empregou a vírgula pelo mesmo motivo por que usaria em uma construção do tipo:

- a) Meus amigos, por favor, fiquem atentos ao que vou dizer agora.
- b) Essas palavras, que vêm do fundo de meu coração, são muito sinceras.
- c) São muito sinceras essas palavras, fruto da mais profunda reflexão.
- d) Atenta, toda a assembléia ouvia as sábias palavras do notável pregador.
- e) Sempre que ouço aquelas sábias palavras, ponho-me a refletir.

**Questão 17:** “... é só lembrar os participios passados accéléré, écrété, téléphoné.” (§ 7) O contexto permite traduzir a forma grifada por:

- a) acelerado.
- b) acelerando.
- c) acelerar.
- d) acelere.
- e) aceleraria.

**Questão 18:** Na expressão de Luft, o sinal da crase como “imperativo de clareza” (§ 32) só **não** foi usado em:

- a) Saiu à francesa.
- b) Ela cheirava à rosa.
- c) Bateu à porta.
- d) Aludiu à festa.
- e) Recebi à bala.

**Questão 19:** “Embora faça menção à crase, referia-se ao excesso de acentos.” (§ 15) Esse trecho da fala do professor Bechara é apresentado sob novas redações. Uma delas, entretanto, compromete radicalmente o sentido original. Aponte-a.

- a) Apesar da menção à crase, referia-se ao excesso de acentos.
- b) Enquanto fazia menção à crase, referia-se ao excesso de acentos.
- c) Fazia menção à crase, mas se referia ao excesso de acentos.
- d) Conquanto fizesse menção à crase, referia-se ao excesso de acentos.
- e) Se bem que fizesse menção à crase, referia-se ao excesso de acentos.

**Questão 20:** “Para justificar seu projeto, o deputado cita a frase de Ferreira Gullar e a crônica “Tropeçando nos Acentos”, em que o escritor Moacir Scliar reclama do excesso de sinais gráficos usados na língua...” (§ 3) A regência verbal estaria comprometida se, no lugar da oração grifada, o autor redigisse:

- a) na qual não entendi.
- b) da qual não me esqueço.
- c) cuja leitura recomendo.
- d) a cuja leitura me entrego.
- e) da qual gostei muito.

– LEGISLAÇÃO –

**Questão 21:** São princípios da Administração Pública expressos no *caput* do art. 37 da Constituição Federal, **exceto**:

- a) liberdade
- b) impessoalidade
- c) publicidade
- d) legalidade
- e) eficiência

**Questão 22:** Tendo em vista as disposições constitucionais sobre servidor público, assinale a alternativa **verdadeira**.

- a) Os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis aos brasileiros, sendo inacessíveis aos estrangeiros.
- b) O servidor público civil, ao ingressar no serviço público, tem o dever de se associar à entidade sindical de sua categoria.
- c) O direito de greve do servidor público será exercido nos termos e nos limites de lei específica.
- d) É absolutamente vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.
- e) A vedação de acumulação de cargo público não abrange as autarquias, fundações e empresas públicas.

**Questão 23:** Assinale a alternativa **incorreta**.

- a) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- b) É permitida, diante de excepcional interesse público, a contratação temporária de pessoal pela Administração Pública.
- c) As obras, serviços, compras e alienações serão contratados pela Administração Pública mediante processo de licitação pública, ressalvados os casos especificados em lei.
- d) Tendo em vista o princípio da moralidade, é vedada a publicidade dos atos, dos programas, das obras, dos serviços e das campanhas dos órgãos públicos.
- e) Sem prejuízo da ação penal cabível, os atos de improbidade administrativa importarão, entre outras sanções, a suspensão dos direitos políticos.

**Questão 24:** Tendo em vista a Lei do Processo Administrativo no âmbito federal (Lei nº. 9.784/99), é **incorreto** afirmar que:

- a) órgão é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta.
- b) no processo administrativo, serão adotadas formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados.
- c) no processo administrativo, são direitos dos administrados formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
- d) no processo administrativo, é dever dos administrados expor os fatos conforme a verdade.
- e) no processo administrativo, são capazes as pessoas a partir de vinte e um anos de idade.

**Questão 25:** Nos processos administrativos, serão observados, entre outros, os seguintes critérios, **exceto**:

- a) atuação conforme a lei e o Direito;
- b) atendimento a fins de interesse geral, permitida, como regra, a renúncia total ou parcial de poderes ou competências;
- c) objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;
- d) atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;
- e) divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição.

**Questão 26:** Sobre o processo administrativo, marque a alternativa **correta**.

- a) Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.
- b) Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo ou língua estrangeira, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.
- c) O reconhecimento de firma em documentos será sempre exigido.
- d) A autenticação de documentos exigidos em cópia não poderá ser feita pelo órgão administrativo.
- e) Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de dez dias, salvo motivo de força maior.

**Questão 27:** Sobre os cargos públicos no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive em regime especial, e das fundações públicas federais (Lei nº. 8. 112/90), marque a alternativa **incorreta**.

- a) São acessíveis a todos os brasileiros.
- b) São criados por lei ou por decreto do poder executivo.
- c) Têm denominação própria.
- d) Têm vencimento pago pelos cofres públicos.
- e) São criados para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

**Questão 28:** São requisitos básicos para investidura em cargo público, **exceto**:

- a) o gozo dos direitos políticos;
- b) a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- c) o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- d) a idade mínima de vinte e um anos;
- e) aptidão física e mental.

**Questão 29:** São deveres do servidor público federal, **exceto**:

- a) observar as normas legais e regulamentares;
- b) cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
- c) levar ao conhecimento do servidor mais antigo da repartição em que atua as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
- d) atender com presteza à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;
- e) guardar sigilo sobre assunto da repartição.

**Questão 30:** Ao servidor, é proibido, **exceto**:

- a) opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
- b) promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição.
- c) aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político.
- d) exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;
- e) manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o quarto grau civil.

– RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO –

**Questão 31:** André, Bia e Carlos ficaram em recuperação, cada um, em uma das seguintes disciplinas: Matemática, Física e Química, não necessariamente nessa ordem. Cada uma das provas foi impressa em cor diferente. Foram utilizadas as cores azul, verde e laranja. A prova de André é verde; a prova de Carlos é de Física; a prova de Bia não é laranja e não é de Química.

As cores das provas de Matemática, de Física e de Química são, respectivamente:

- a) verde, laranja e azul.
- b) azul, verde e laranja.
- c) laranja, azul e verde.
- d) laranja, verde e azul.
- e) azul, laranja e verde.

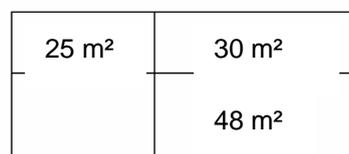
**Questão 32:** Considere as informações abaixo:

O total de água existente no planeta Terra é de 1,4 bilhão de quilômetros cúbicos. Desse total, 97,5% é composto de água salgada. Os 35 milhões de quilômetros cúbicos restantes de água estão assim distribuídos: 69,5% não estão disponíveis (geleiras, neve e camada de terra congelada); 30,1% estão em aquíferos profundos e 0,4% é água da atmosfera e superfície da Terra (lagos, rios, solo, umidade do ar, pântanos, plantas e animais). Desses últimos 0,4%, apenas 6% estão disponíveis para o uso humano.

Diante dessas informações, a quantidade de água disponível para uso humano, em quilômetros cúbicos, é de:

- a) 8.400
- b) 140.000
- c) 336.000
- d) 35.000.000
- e) 84.000.000

**Questão 33:** Um terreno retangular está dividido em quatro lotes retangulares. As medidas das áreas de três deles estão indicadas na figura abaixo.



A área do terreno, em m<sup>2</sup>, é de:

- a) 142
- b) 143
- c) 144
- d) 145
- e) 146

**Questão 34:** A tabela abaixo é o demonstrativo de um levantamento sobre 1.499 infrações de trânsito ocorridas no mês de janeiro em uma certa cidade.

Tipos de Infração	Gravíssima	Grave	Leve	Gravíssima e grave	Gravíssima e leve	Grave e leve	Gravíssima, grave e leve
Nº de Infratores	490	776	1.064	267	339	360	135

O número de pessoas que cometeram, pelo menos, duas infrações é:

- a) 501
- b) 696
- c) 803
- d) 966
- e) 1.101

**Questão 35:** O lucro  $L$  (em milhares de reais) de uma fábrica depende do número  $x$  de empregados em seu quadro. Essa dependência é dada pela lei  $L(x) = -x^2 + 30x - 200$ . O lucro máximo dessa fábrica é:

- a) R\$ 25.000,00
- b) R\$ 30.000,00
- c) R\$ 35.000,00
- d) R\$ 40.000,00
- e) R\$ 45.000,00

**Questão 36:** O professor de Matemática aplicou, em sua turma, um teste com cinco questões de múltipla escolha em que cada questão valia um ponto. A nota de cada aluno no teste foi a soma das notas das questões por ele acertadas. Após corrigir o teste, o professor produziu a seguinte tabela, contendo a porcentagem de acertos em cada questão:

Questão	1	2	3	4	5
% de acertos	50%	40%	60%	20%	10%

A média das notas nesse teste foi de:

- a) 1,8
- b) 2,0
- c) 2,5
- d) 2,8
- e) 3,0

**Questão 37:** Utilizando-se somente os algarismos 2, 3, 5, 7 e 8, escreve-se, seqüencialmente, em ordem crescente, todos os números de cinco dígitos distintos. Qual lugar, nessa seqüência, ocupará o número 53278?

- a) 24°
- b) 48°
- c) 54°
- d) 55°
- e) 120°

**Questão 38:** Uma loja oferece duas opções de pagamento na compra de uma mercadoria: à vista, com 25% de desconto, ou em duas prestações mensais iguais sem desconto, sendo a primeira prestação paga no ato da compra. A taxa mensal de juros dessa loja, embutidos nas vendas a prazo, é de:

- a) 20%
- b) 25%
- c) 50%
- d) 100%
- e) 150%

**Questão 39:** Rita, ao ganhar um livro de 511 páginas, leu a primeira página no primeiro dia e, nos dias seguintes, passou a ler sempre o dobro do número de páginas que havia lido no dia anterior até terminar de ler o livro. O número de dias que Rita levou para ler esse livro foi:

- a) 6
- b) 7
- c) 8
- d) 9
- e) 10

**Questão 40:** Fernando, Tales e Marcos escolheram, cada um, resultados possíveis na soma dos resultados obtidos pelo lançamento de dois dados. Combinaram que Fernando ganharia, caso a soma fosse 2, 3, 4 ou 5; Tales ganharia, caso a soma fosse 6, 7 ou 8; Marcos ganharia, caso a soma fosse 9, 10, 11 ou 12. Pelas apostas feitas, é **correto** afirmar que:

- a) Fernando tem a maior probabilidade de vencer.
- b) Marcos tem a maior probabilidade de vencer.
- c) Tales tem a maior probabilidade de vencer.
- d) Tales e Fernando têm a mesma probabilidade de vencer.
- e) Tales e Marcos têm a mesma probabilidade de vencer.

CONHECIMENTO ESPECÍFICO

CARTÃO – PROVA 02

**Questão 1:** A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº. 9.394/96 – define, com clareza, as responsabilidades de cada uma das instâncias administrativas que compõem o Poder Público. Os itens listados abaixo destacam algumas das responsabilidades da União, **exceto**:

- a) elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- b) estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;
- c) definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;
- d) coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;
- e) assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino.

**Questão 2:** Conforme a Lei nº. 9.394/96, a Educação é um direito de todos os cidadãos brasileiros, o que transforma a oferta de educação pública num dever do Estado. De acordo com o que determina a legislação, **não** constitui obrigação do Estado:

- a) a oferta de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- b) o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;
- c) o atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;
- d) o atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;
- e) a oferta de moradia e alimentação gratuitas aos estudantes do ensino superior público.

**Questão 3:** De acordo com o art. 53 da LDBEN, Lei nº. 9.394/96, no exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições, **exceto**:

- a) criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino;
- b) estabelecer competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;
- c) fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;
- d) estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;
- e) elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes.

**Questão 4:** O Ministério da Educação (MEC) está implantando o Programa de Apoio à Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI), que prevê a expansão da oferta de vagas nas universidades e instituições federais de ensino superior. A participação das universidades nesse projeto se dá por adesão, ou seja, cada instituição decide se quer ou não adotá-lo como estratégia para a ampliação da oferta de vagas nos cursos por ela oferecidos. Ao definir que a participação das universidades no REUNI seja por adesão, o MEC está:

- a) atendendo ao que determina a Lei n°. 9394/96, quanto à autonomia didático-científica das universidades;
- b) passando para as universidades federais uma responsabilidade que é dele, como órgão da União;
- c) procurando manter um bom relacionamento com os professores e com os reitores das universidades públicas;
- d) evitando se comprometer com os problemas administrativos e pedagógicos das universidades federais;
- e) desrespeitando a autoridade conferida por lei aos Conselhos Universitários das universidades federais.

**Questão 5:** Por determinação da Lei n°. 9.394/96, a LDBEN, as instituições de ensino superior são, ao mesmo tempo, instituições voltadas tanto para a formação de recursos humanos quanto para dar suporte ao desenvolvimento da sociedade brasileira. Considerando o art. 43 da referida Lei, essa segunda finalidade se confirma nos itens listados abaixo, **exceto**:

- a) promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- b) incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- c) promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- d) destacar a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;
- e) estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade.

**Questão 6:**

“Em resumo, parece que a escola brasileira atual acabou se transformando num lugar ineficaz, maçante, supérfluo, que não consegue, enfim, fazer valer aquilo a que se propõe como instituição (...). Segundo os depoimentos dos professores, tanto de escolas públicas como das escolas particulares e independentemente do nível de ensino, o principal obstáculo para o trabalho docente seria os famosos “alunos-problema”, que parecem tomar conta das salas de aulas hoje em dia. Mas, nessa imagem-conceito dos supostos “alunos-problema” (com suas dificuldades e carências materiais) (...) é no mínimo estranho, e até mesmo contraditório, que nós, na qualidade de profissionais da educação, aleguemos que a própria clientela escolar constitua o impeditivo maior da escolarização nos dias de hoje... O problema do médico não é o doente, o do advogado não é o cliente e o do jornalista não é o seu entrevistado, e assim por diante” (AQUINO, 1998, p. 141).

(AQUINO, J. G. Ética na escola: a diferença que faz diferença. In: AQUINO, J.G. *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus Editorial, 1998. p. 135-151.)

No texto acima, o autor procura chamar atenção para o fato de que:

- a) em todos os campos de atuação profissional, encontramos dificuldades em lidar com as pessoas, o que impede que se faça um bom trabalho.
- b) para médicos, advogados e jornalistas, pouco importa se atendem a casos simples ou complicados, porque já desfrutam de um grande reconhecimento social do seu trabalho.
- c) é impossível fazer um bom trabalho pedagógico quando os alunos não apresentam os requisitos mínimos para a realização de um bom trabalho escolar e suas famílias também não colaboram.
- d) os “alunos-problema” não se interessam pelos estudos, e os maus resultados que eles obtêm ainda levam a sociedade a considerar o professor como o principal responsável pelo fracasso escolar.
- e) a figura do “aluno-problema” deveria servir, aos professores, de estímulo a uma revisão de conceitos e valores, que conduza à adoção de práticas pedagógicas mais adequadas às suas características e necessidades.

**Questão 7:**

“A dissociação entre os valores dominantes no regime político e na sociedade e, por outro lado, os valores proclamados para uma política educacional no Brasil (...) resume, a meu ver, grande parte do nosso problema educacional (...). Esse trágico abismo entre “os valores proclamados” e os “valores reais” – ainda nas palavras de Anísio Teixeira – tem levado àquela situação, bem resumida, entre outros, por Florestan Fernandes: no Brasil a educação escolar é um privilégio, e não um direito de todos (...). É a partir desse tipo de reflexão que se percebe a dificuldade de se estabelecer, com sucesso, uma política democrática de educação, quando temos um conjunto de fatores francamente negativos: 1) a falta de vontade política para democratizar o ensino, mesmo o fundamental; 2) a sociedade mantém-se ligada a valores e costumes autoritários e elitistas; 3) o que se chama de “democratização do ensino” não é, na verdade, *para todos*, logo não é democratização” (BENEVIDES, 1998, p. 160-161).

(BENEVIDES. In: AQUINO, Julio G. *Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus Editorial, 1998. p. 153-169.)

Continua ...

Para Benevides, um sistema educacional verdadeiramente democrático deve atender aos princípios que se seguem, **exceto**:

- a) Garantir a educação para a participação na vida pública e para uma participação mais efetiva em uma sociedade livre, configurando o que se denomina *cidadania ativa*.
- b) Proporcionar um processo educacional que respeite o princípio da igualdade, oferecendo uma educação que conduza à uniformidade, isto é, que independa das diferenças culturais, de raça, sexo e etnia, dos talentos específicos, etc.
- c) Valorizar a formação e o desenvolvimento das virtudes republicanas e das virtudes democráticas, bases para uma participação social e política pautadas pela Ética, pelo respeito às leis e aos bens públicos, pela aceitação da vontade da maioria e pelo respeito aos direitos das minorias.
- d) Oferecer oportunidades para um processo de formação do ser humano baseado no desenvolvimento de suas potencialidades de conhecimento, julgamento e escolha, o que lhe dará condições para viver conscientemente em sociedade.
- e) Educar os indivíduos para a liberdade, a igualdade e, principalmente, para a solidariedade que leva a uma ação positiva no enfrentamento das diferenças injustas existentes entre os cidadãos.

**Questão 8:** Para explicar as inúmeras reprovações na classe em que lecionava, uma professora deu o seguinte depoimento:

“A criança fica entregue à própria sorte; os pais são separados ou trabalham o tempo todo e a criança quase não vê os pais, fica sobrecarregada de outras funções e não sobra tempo para a escola; não tem um mínimo de organização na vida e, portanto, não tem na escola. Elas não têm horário para alimentação, diversão, estudo, não têm limites. A organização da sua vida social é totalmente diferente da escola, em que tudo é estruturado” (PATTO, 2000, p. 237).

(PATTO, Maria Helena S. *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000, p. 237.)

Em relação a esse depoimento, Patto considera que:

- a) a professora tem uma visão correta dos limites que os problemas dos alunos representam para o alcance de um bom desempenho escolar.
- b) a professora procura assumir total responsabilidade pelos resultados obtidos por seus alunos, independentemente de suas condições de vida.
- c) por melhor que seja o trabalho pedagógico, as crianças que vivem esse tipo de realidade não têm mesmo condições de aprender.
- d) há uma forte tendência, no nosso sistema educacional, de transferir para os alunos pobres e suas famílias a total responsabilidade pelo seu fracasso na escola.
- e) o desempenho desses alunos só vai melhorar quando melhorarem suas condições materiais de vida.

**Questão 9:** Leia, a seguir, o depoimento da mãe de uma aluna de escola pública de periferia, reprovada ao final do ano letivo:

“Só vai passar duas crianças na classe da Areta; tem condições? E as duas que vai passar é menino! É muito difícil; uma classe inteira não passar de ano?! Ela é uma menina esperta, desde o primeiro ano; Areta dá recado, sabe fazer uma compra, Areta sabe tudo, aqui meu braço direito é ela e não vai passar de ano? Não entendo mais nada desse ensino: no meu tempo quase ninguém reprovava e agora está assim: ninguém mais passa (...). É um absurdo uma recuperação de três dias: se a professora da Areta diz que ela tá em recuperação vou dizer ‘muito obrigada mas não sou palhaça de ninguém’. Como pode uma criança recuperar em três dias o que não aprendeu em um ano? A Areta não bota mais o pé na escola esse ano (...)” (PATTO, 2000, p. 401).

(PATTO, Maria Helena S. *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000, p. 401.)

Para a autora, o depoimento dessa mãe indica:

- a) o uso da teoria das carências materiais e culturais como justificativa para a ineficácia da ação pedagógica e para a adoção de estratégias pedagógicas que em nada alteram o panorama da reprovação e da evasão.
- b) a dificuldade que as famílias pobres têm em compreender e aceitar a organização escolar e as regras que devem orientar o trabalho pedagógico, principalmente no que se refere à avaliação do desempenho escolar das crianças.
- c) que o fato da criança saber cumprir algumas tarefas no seu ambiente doméstico não tem qualquer relação com o desempenho escolar, pois são situações diferentes que requerem diferentes capacidades e habilidades.
- d) que a professora de Areta é exigente quanto aos resultados alcançados por seus alunos, e não hesita em reprovar aqueles que não têm bom desempenho mesmo que sejam a maioria.
- e) que a mãe de Areta não respeita os critérios estabelecidos pela professora, para definir quem deve ser aprovado ou não, além de negar à filha a última possibilidade de ser promovida nesse ano letivo.

**Questão 10:** De acordo com Oliveira (2000, p. 151), as fases que compõem a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) “são etapas consecutivas de um mesmo processo, sendo que cada uma delas tem uma função social, uma finalidade educativa delimitada, um trabalho político-pedagógico a ser desenvolvido junto aos alunos (...). Eles complementam-se, integram-se, formando um processo de aquisição gradativa e integralizada do saber.”

(OLIVEIRA, Dalila A. (Org.). *Educação Básica: Gestão do trabalho e da pobreza*. São Paulo: Vozes, 2000, p. 151.)

Continua ...

Agora, observe, a seguir, a Tabela 1.

TABELA 1

BRASIL - Perfil socioeconômico dos que estão na escola (por faixa etária e renda familiar) - 2006

Renda Familiar \ Faixa etária	0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos
	%	%	%	%
Sem rendimento a menos de ¼ de Salário Mínimo	9,4	66,7	95,9	73,5
De meio SM a 1 SM	16,2	79,2	98,1	81,8
De 1 a 2 SM	21,8	85,6	99,2	87,8
2 SM ou mais	34,3	92,2	99,7	95,5

Fonte: IBGE – PNAD 2006.  
SM – Salário Mínimo

A partir dos dados nela contidos, com base na análise de Oliveira, é **correto** afirmar que:

- o sistema brasileiro de Educação Básica já está universalizado em todas as fases que o compõem.
- o Brasil ampliou as oportunidades de acesso ao sistema educacional, mas boa parte da população não se interessa em matricular seus filhos na escola.
- o acesso a um processo integralizado de aquisição do saber ainda está bastante condicionado ao nível de rendimento familiar.
- apesar das dificuldades, a população escolar de menor renda permanece mais tempo na escola do que a de maior renda.
- não se pode estabelecer qualquer relação entre o acesso ao saber e o nível de renda familiar.

**Questão 11:** De acordo com Carnoy (1992), citado por Oliveira (2000, p. 118), “para que a Educação Básica possa desenvolver indivíduos economicamente produtivos, deve ter como objetivo principal fazer com que todas as crianças sejam bem sucedidas na escola. Este objetivo questiona o conceito de educação básica como filtro, que seleciona as relativamente poucas crianças que conseguem realizar as tarefas entre a grande maioria das crianças que fracassa nessas tarefas e não conclui sua educação.”

(OLIVEIRA, Dalila A. (Org.). *Educação Básica: Gestão do trabalho e da pobreza*. São Paulo: Vozes, 2000, p. 118.)

Para Oliveira (2000), em relação ao que aponta Carnoy, é **correto** afirmar que a Educação Básica:

- é uma etapa fundamental na vida dos indivíduos, porque determina os que terão sucesso e os que fracassarão no futuro.
- deve ter um caráter seletivo, funcionando como um filtro que separa os que conseguem e os que não conseguem cumprir as tarefas exigidas.
- deve se preocupar exclusivamente com a formação dos indivíduos para o exercício da cidadania e não das atividades produtivas.
- não deve incluir, entre seus objetivos, a oferta de uma formação que sirva de base à preparação para o exercício das atividades produtivas.
- não tem qualquer relação com a capacidade de os indivíduos, no futuro, terem um bom desempenho nas atividades produtivas.

**Questão 12:** Tratando dos impactos da globalização econômica e do avanço tecnológico sobre o mercado de trabalho e os requisitos ocupacionais, Fogaça (1992), ao ser citada por Oliveira (2000, p. 236), afirma que “a convivência com as novas tecnologias, seja como operário qualificado e/ou semi-qualificado, seja como consumidor ou como usuário, exige dos indivíduos, antes de qualquer outra formação específica que possa receber da escola ou da empresa, uma sólida base de conhecimentos gerais. Esta base de conhecimentos é colocada como pré-requisito, como uma condição *sine qua non* de integração não só às atividades produtivas, mas à própria sociedade onde predomine o paradigma da automação flexível.”

(OLIVEIRA, Dalila A. (Org.). *Educação Básica: Gestão do trabalho e da pobreza*. São Paulo: Vozes, 2000, p. 236.)

Em relação a essa citação, podemos considerar que, para a autora,

- a) os indivíduos de pouca ou nenhuma escolaridade podem ser facilmente integrados à sociedade e ao mercado de trabalho.
- b) a formação específica dos operários qualificados e/ou semi-qualificados deve ser oferecida nos sistemas de Educação Básica.
- c) o sistema de Educação Básica deve dar prioridade à oferta de uma formação específica que prepare os jovens para o ingresso no mercado de trabalho.
- d) o desenvolvimento socioeconômico da população brasileira depende da democratização do acesso a uma Educação Básica de qualidade.
- e) a formação específica, oferecida na escola ou na empresa, não é um fator importante para a inserção dos indivíduos na sociedade e no mercado de trabalho.

**Questão 13:** No debate recente sobre desenvolvimento econômico, Oliveira (2000, p. 213) destaca o fato de que “à educação é dada uma grande responsabilidade: possibilitar a cada país aumentar sua capacidade produtiva e assim negar sua condição de subdesenvolvimento. Seria então papel da educação retirar do atraso e da miséria não só os indivíduos em particular mas a totalidade da população. Essa educação compreende, na verdade, a escolarização formal e regular, capaz de, supostamente, elevar os níveis de aspiração dos indivíduos e suas capacidades produtivas, rompendo com uma cultura de atraso e indigência econômica. É assim que a educação foi eleita o melhor instrumento de distribuição mais equitativa de oportunidades e rendas.”

(OLIVEIRA, Dalila A. (Org.). *Educação Básica: Gestão do trabalho e da pobreza*. São Paulo: Vozes, 2000, p. 213.)

De acordo com a citação de Oliveira, as afirmações que se seguem são corretas, **exceto**:

- a) As sociedades mais desenvolvidas são aquelas que oferecem maiores e melhores oportunidades educacionais para toda a população.
- b) A democratização do acesso à educação é peça fundamental para a mobilidade social ascendente, que rompe o círculo vicioso da reprodução da pobreza.
- c) O nível de desenvolvimento socioeconômico de um país não tem qualquer relação com os níveis de escolaridade da sua população.
- d) As políticas educacionais devem, obrigatoriamente, fazer parte dos planos de desenvolvimento econômico e combate à pobreza.
- e) A universalização do acesso a uma educação escolar de qualidade é condição básica para a superação do subdesenvolvimento.

**Questão 14:** Para Gadotti e Romão (1997), a complexidade do mundo contemporâneo exige um rigoroso planejamento das ações educativas. Para fazer face a essa complexidade, é então indispensável a elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) de cada uma das instituições envolvidas no processo educativo, como forma de potencializar os processos de mudança que queremos alcançar através da educação.

(GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. *Autonomia da escola*: princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 1997.)

Assim, em relação ao PPP, as afirmações abaixo são corretas, **exceto**:

- a) O PPP deve estabelecer os princípios, as diretrizes e as propostas de ação para melhor sistematizar as atividades que serão desenvolvidas na escola.
- b) Na elaboração do PPP, é indispensável pensar nos recursos humanos, materiais e financeiros necessários à sua consecução.
- c) O processo de elaboração do PPP leva os professores a refletir, criticamente, sobre a realidade educacional, visando transformá-la.
- d) O processo de elaboração do PPP estimula, no ambiente escolar, a percepção do trabalho pedagógico como um trabalho de equipe.
- e) A elaboração do PPP é de exclusiva responsabilidade da direção da escola, que deve apresentá-lo aos professores para conhecimento e aprovação.

**Questão 15:** “A educação em nosso país tem-se orientado a partir de teorias e de propostas sobretudo de base eurocêntrica, ignorando o fato de que a população, por elas atingida, provém de distintas raízes étnicas e culturais: a nativa índia, a africana, a portuguesa e outras européias, as asiáticas. Tal desconhecimento tem favorecido a produção de relações interétnicas violentas, em que grupos que se supõem superiores exercem autoridade abusiva sobre outros, como que esmagando-os, ao tentar reduzi-los à sua imagem, concepções suas, modos de ser seu” (SILVA, 1998, p. 386).

(SILVA, Petronilha B.G. Espaços para a educação das relações interétnicas: contribuições da produção científica e da prática docente, entre gaúchos, sobre negros e educação. In: SILVA, Luiz Heron (Org.). *A escola-cidadã no contexto da globalização*. São Paulo: Vozes, 1998. p. 381-396.)

Sendo assim, de acordo com Silva, a educação escolar, no Brasil,

- a) favorece a interação entre os diferentes grupos étnicos, na medida em que padroniza suas formas de ver e pensar.
- b) busca evitar possíveis conflitos entre os diferentes grupos étnicos, principalmente, quando se trata de valores diferentes e/ou antagônicos.
- c) valoriza a cultura eurocêntrica, porque essa é a melhor forma de integrar os outros grupos étnicos e suas respectivas culturas à cultura dominante no mundo ocidental.
- d) contribui, fortemente, para que as práticas de discriminação e racismo, acentuadamente contra a população índia e de origem africana, sejam socialmente aceitas e confirmadas.
- e) trabalha de maneira positiva a diversidade étnica e cultural que caracteriza a sociedade brasileira.

**Questão 16:** Tratando de educação multicultural, Silva (1998, p. 384) cita Silvia Winter, professora da Universidade de Stanford, a qual avalia que “os qualificativos ‘multicultural’ e ‘pluricultural’ são impróprios para designar a sociedade norte-americana, pois esta desconhece as diferentes matrizes culturais que a constitui, ao tomar uma única delas, a anglo-saxã, como representativa do todo social. Para ela, é preciso superar as ‘distorções cognitivas’, fundadas em preconceitos, que nos fazem ver grupos étnicos distintos dos nossos a partir de estereótipos que recebemos e incorporamos sem refletir”.

(SILVA, Petronilha B.G. Espaços para a educação das relações interétnicas: contribuições da produção científica e da prática docente, entre gaúchos, sobre negros e educação. In: SILVA, Luiz Heron (Org.). *A escola-cidadã no contexto da globalização*. São Paulo: Vozes, 1998. p. 381-396.)

Nessa perspectiva, a educação multicultural deve ser entendida como:

- a) um novo processo de acomodação das relações sociais, tendo em mira a manutenção das estruturas que a mantêm, para evitar conflitos entre os diferentes grupos étnicos.
- b) um processo educativo no qual todos os estudantes adquirem conhecimentos e atitudes necessárias à construção de uma sociedade democrática e pluralista, na qual os diferentes grupos étnicos e culturais interajam em condições de igualdade.
- c) um movimento no sentido da integração de populações marginalizadas, levando-as a assimilar a cultura e os valores dominantes, construindo um mundo culturalmente uniforme.
- d) um trabalho educativo que destaca as diferenças étnicas e culturais dos diversos grupos que a compõem, sem perder de vista, entretanto, a necessidade de se manter a unidade cultural nacional com base na cultura eurocêntrica dominante.
- e) um processo de reacomodação dos diferentes grupos étnicos e culturais, no qual se atende às reivindicações dos grupos minoritários, sem que se abale, entretanto, a estrutura social e o poder conferido aos grupos dominantes.

**Questão 17:** O Congresso Nacional aprovou, em 2003, a Lei nº. 10.639/2003, que torna obrigatória a inclusão, nos sistemas de ensino, de disciplinas e conteúdos que abordem a história das culturas africanas e afro-brasileira e as relações étnico-raciais.

De acordo com Silva (1998) essa Lei:

- a) reflete apenas a pressão da população negra brasileira no sentido de ter seus interesses particulares atendidos, aparecendo mais na mídia.
- b) não se justifica porque os livros didáticos já tratam adequadamente a participação dos negros na história do Brasil e na cultura brasileira.
- c) vai ajudar a desmistificar as ideologias que permeiam o trabalho pedagógico, como as do racismo e da incapacidade dos pobres para aprender.
- d) traduz nossa tendência em imitar os países desenvolvidos porque se apóia na experiência norte-americana na luta contra a segregação racial.
- e) vai contribuir para o acirramento do racismo, dificultando ainda mais as relações entre brancos e negros.

**Questão 18:** Embora ainda não esteja prevista em Lei, o Ministério da Educação tem incentivado a adoção de programas de cotas raciais nas universidades públicas, para ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior para os jovens negros. No entender de Silva (1998), essa medida é:

- a) necessária, porque as populações negras precisam ser atendidas por profissionais de nível superior que também sejam negros, evitando, assim, episódios de discriminação.
- b) fundamental para a formação de uma identidade negra positiva, mostrando às novas gerações que os negros podem desempenhar funções socialmente valorizadas, como as de advogado, médico, dentista, etc.
- c) justa, porque existem alguns negros que são realmente inteligentes e, tendo concluído o ensino médio, precisam de maiores oportunidades para mostrar seus talentos e seguir uma carreira de nível superior.
- d) desnecessária, porque o atual sistema de seleção funciona muito bem, selecionando aqueles que são mais preparados para o ingresso na universidade, independentemente da raça ou cor.
- e) discutível, porque o estabelecimento de cotas, com a consequente reserva de vagas, significa a concessão de um privilégio aos negros, deixando em segundo plano a seleção pelo mérito.

**Questão 19:** De acordo com Perrenoud (1998, p. 11), “a avaliação é tradicionalmente associada, na escola, à criação de *hierarquias de excelência*. Os alunos são comparados e depois classificados em virtude de uma norma de excelência, definida no absoluto ou encarnada pelo professor e pelos melhores alunos. Na maioria das vezes essas duas referências se misturam, com uma dominante: na elaboração das tabelas, enquanto alguns professores falam de exigências preestabelecidas, outros constroem sua tabela a posteriori, em função da distribuição dos resultados, sem todavia chegar a dar sistematicamente a melhor nota possível ao trabalho ‘menos ruim’. No decorrer do ano letivo, os trabalhos, as provas de rotina, as provas orais, a notação de trabalhos pessoais e de dossiês criam ‘pequenas’ hierarquias de excelência, sendo que nenhuma delas é decisiva, mas cuja adição e acúmulo pré-configuram a hierarquia final (...)”

(PERRENOUD, Philippe. *Avaliação – da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas*. São Paulo: Artes Médicas, 1998, p. 11.)

Em relação à avaliação escolar tradicional, seria **correto** afirmar, de acordo com Perrenoud, que ela:

- a) tem mais a função de informar sobre a posição de um aluno em um grupo ou sobre sua distância relativa à norma de excelência do que sobre o conteúdo de seus conhecimentos e competências.
- b) fornece ao professor todos os elementos necessários à avaliação do seu próprio trabalho pedagógico, permitindo identificar os conteúdos nos quais seus alunos apresentam maiores dificuldades de aprendizagem.
- c) é um instrumento importante para a organização da escola e a estruturação do conteúdo programático de cada série e de cada turma, na medida em que permite a distribuição dos alunos em turmas mais homogêneas.
- d) oferece elementos ao professor para que ele identifique como se operam a aprendizagem e a construção de conhecimentos na mente de cada aluno, para que ele possa ajustar seu trabalho pedagógico aos processos intelectuais dos alunos.
- e) permite identificar, dentre os alunos, aqueles que, de fato, têm capacidade para responder a todos os requisitos necessários à aprovação em cada série cursada e, consequentemente, em cada nível de ensino.

**Questão 20:** “Quando Bloom, nos anos 60, defendeu uma pedagogia do domínio (...) introduziu um postulado totalmente diferente. Pelo menos no nível da escola obrigatória, ele dizia, ‘todo mundo pode aprender’: 80% dos alunos podem dominar 80% dos conhecimentos e das competências inscritos no programa, com a condição de organizar o ensino de maneira a individualizar o conteúdo, o ritmo e as modalidades de aprendizagem em função de objetivos claramente definidos. De imediato, a avaliação se tornava o instrumento privilegiado de uma regulação contínua das intervenções e das situações didáticas” (PERRENOUD, 1998, p. 14).

(PERRENOUD, Philippe. *Avaliação – da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas*. São Paulo: Artes Médicas, 1998, p. 14.)

De acordo com Perrenoud, as alternativas abaixo apontam os aspectos positivos introduzidos pelo postulado de Bloom na área da avaliação escolar, **exceto**:

- a) Leva a escola a assumir sua parcela de responsabilidade pelo êxito ou pelo fracasso dos seus alunos, deixando de considerar que as desigualdades de desempenho seriam naturais e inevitáveis.
- b) Confere à avaliação escolar a função de identificar as aquisições e os modos de raciocínio de cada aluno, para que o professor possa auxiliá-lo a progredir no sentido dos objetivos colocados para a ação pedagógica.
- c) Dá à avaliação um caráter metódico, instrumentado e constante, integrado a um dispositivo de pedagogia diferenciada, que rompe com as hierarquias de excelência porque desloca a regulação para o nível das aprendizagens individuais.
- d) Contribui para a difusão de uma visão mais igualitarista da escola, apoiada no princípio da educabilidade e na percepção de que a escola tem que transformar o acesso à educação escolar em efetivo acesso ao conhecimento.
- e) Libera o professor da aplicação de provas, testes e outras formas de avaliação periódica, bem como da atribuição de notas, o que abre mais espaço para a realização de atividades pedagógicas mais elaboradas.

**Questão 21:** “Considerando a diversidade dos recursos em jogo, nada permite afirmar que os filhos das classes privilegiadas têm os melhores trunfos em todos os domínios. Alguns dos recursos mobilizados, tanto no momento da aprendizagem quanto no momento da avaliação, são talvez mais abundantes nas classes médias tradicionais ou mesmo nas frações mais ‘aburguesadas’ das classes populares. Quando se trata de ordem, de aplicação, de trabalho, de conformismo, pode ser que uma educação familiar autoritária e severa prepare melhor para a escola, pelo menos quando ela ainda pratica uma pedagogia tradicional, ao invés de uma educação ‘liberal avançada’. Outros recursos podem não variar sistematicamente com a origem social: o senso comum, a capacidade de memorizar ou de decodificar indícios superficiais estariam relacionados à condição de classe?” (PERRENOUD, 1998, p. 49).

(PERRENOUD, Philippe. *Avaliação – da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas*. São Paulo: Artes Médicas, 1998, p. 49.)

Continuar ...

Considerando o texto apresentado, analise as afirmativas que se seguem, identificando as **Falsas (F)** e as **Verdadeiras (V)**, de acordo com o que afirma o autor.

- O capital cultural que as famílias das classes mais altas garantem para seus filhos faz com que eles sejam naturalmente mais inteligentes e capazes do que aqueles que nasceram em famílias pobres.
- No desenvolvimento de suas ações pedagógicas e nas suas avaliações, os professores são influenciados por estereótipos que identificam os alunos de bom nível social como *bons alunos* e os mais pobres como *alunos-problema*.
- Existem habilidades mentais que são importantes para a aprendizagem e cuja posse não depende do nível socioeconômico do aluno, isto é, do acesso a bens materiais e da maior diversidade de experiências de vida.
- O trabalho escolar exige conformismo, perseverança e dedicação, além de uma aptidão geral para aprender coisas difíceis e abstratas, elementos que não integram o capital cultural que as crianças pobres herdaram de suas famílias.
- O capital cultural é um dado importante na busca de explicações para o êxito ou o fracasso escolar, mas não pode ser considerado como o único fator explicativo do mau desempenho dos alunos mais pobres.

Assinale a opção que apresenta a seqüência **correta**.

- a) V F F V F
- b) F V V F V
- c) V V V F F
- d) F F V V V
- e) F V F V F

**Questão 22:** Leia os depoimentos abaixo, extraídos de Teixeira (2003, p. 158):

“Aqui dentro da faculdade mesmo as pessoas acham que o branco tem maior capacidade de aprender alemão. Eu conheço uma situação. A professora achou que a aluna, só porque era negra, não tinha capacidade de aprender alemão, porque é uma cultura superior, dos brancos arianos, uma raça superior. Enquanto o negro não tem capacidade intelectual para aprender uma língua tão difícil” (aluno do curso de Letras).

“As pessoas falam – pô, alemão? Não podia ser francês? (...) (risos) Ainda mais uma negra (...) Eles não falam, uma negra fazendo alemão, mas a gente percebe (...) é um tipo de indignação (...) uma negra fazendo alemão (...) pô, faz alemão? Nossa! Como ela é inteligente!” (aluna de Letras).

(TEIXEIRA, Moema P. *Negros na universidade*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003, p. 158.)

Continua ...

Leia as afirmativas que se seguem, identificando as **Falsas (F)** e as **Verdadeiras (V)**, de acordo com a opinião da autora.

- Os depoimentos apresentados refletem o estereótipo corrente na sociedade brasileira, de que os negros são intelectualmente menos capazes do que os brancos.
- Os depoimentos apresentados refletem o fato de que, apesar do discurso democrático, no interior da universidade, também existem preconceito e atitudes discriminatórias em relação aos negros.
- Os depoimentos apresentados refletem um caso isolado que não pode ser tomado como prova de que existe racismo na universidade.
- Os depoimentos apresentados refletem a permanência de uma visão hierarquizada das culturas, ou seja, de que existem culturas inferiores e culturas superiores.
- Os depoimentos apresentados indicam apenas a surpresa do professor e dos alunos em encontrar estudantes negros em cursos tradicionalmente freqüentados por alunos brancos.

Assinale a opção que representa a seqüência **correta**.

- a) V V V F F
- b) F F F V V
- c) V V F V F
- d) V F V F V
- e) F V F V F

**Questão 23:** Para realizar sua pesquisa sobre a presença do negro no ensino superior, Teixeira (2003) fez um levantamento entre os alunos de uma universidade pública no estado do Rio de Janeiro e encontrou os resultados que se seguem na Tabela 2.

TABELA 2

Proporção de alunos por categoria racial, segundo a área do curso que freqüentavam em 1992, 1994 e 1995.

Áreas do Conhecimento	Total		Negros, mulatos e pardos		Brancos	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Ciências Biológicas e da Saúde	1.401	100	283	20,2	1.118	79,8
Ciências Exatas e Tecnológicas	2.178	100	584	24,4	1.594	75,6
Ciências Agrárias	195	100	46	23,6	149	76,4
Ciências Humanas e Sociais	4.199	100	1.273	30,3	2.926	69,7
Letras	397	100	136	34,3	261	65,7
Total Geral	8.370	100	2.322	27,7	6.048	72,3

Fonte: TEIXEIRA, M. P., 2003, p. 39.

Leia as afirmações abaixo e, levando em consideração os dados da Tabela 2 e a análise de Teixeira (2003), identifique as afirmativas **Falsas** (F) e as **Verdadeiras** (V).

- No que se refere à questão racial, o aumento das oportunidades educacionais no Brasil não foi suficiente para eliminar o ‘gargalo’ que caracteriza o acesso ao ensino superior, no que se refere aos negros, mulatos e pardos.
- A distribuição dos alunos negros, mulatos e pardos pelas diferentes áreas confirmam a existência de cursos extremamente elitizados, nos quais o ingresso e a permanência de jovens não-brancos é ainda muito pouco significativa.
- A área de Ciências Biológicas e da Saúde, onde se localizam os cursos de Medicina e Odontologia, é a que mais concentra alunos brancos – que são quase 80% do total da matrícula.
- A situação revelada na Tabela 1 é específica do estado do Rio de Janeiro, no qual a população branca é maioria e não significa necessariamente que seja produto do preconceito e da discriminação racial.
- A maior parte dos alunos negros, mulatos e pardos se concentra nos cursos de menor prestígio social, nos quais, mesmo assim, ainda constituem uma minoria, em relação ao número de alunos brancos.

Assinale a opção que representa a seqüência **correta**.

- a) V V V F V
- b) F V V F V
- c) F V F V F
- d) F F V V F
- e) V F V F F

**Questão 24:** Tratando a educação como processo de inclusão social, Santos (1998) destaca os dois sentidos que podem ser atribuídos a esse processo: o sentido humanista e o sentido economicista. E, para cada um desses sentidos, a educação para a inclusão social traria conseqüências diferentes.

(SANTOS, M.P. Revisitando a inclusão sob a ótica da globalização. In: SILVA, Luiz Heron (Org.). *A escola-cidadã no contexto da globalização*. São Paulo: Vozes, 1998. p. 440-452.)

Os efeitos possíveis de uma educação inclusiva com um sentido humanista seriam, **exceto**:

- a) A reafirmação da igualdade de valores e de direitos, promovendo a visão da diversidade como um aspecto inerente à experiência humana e contribuindo para a eliminação das práticas e das relações sociais discriminatórias.
- b) A construção de um processo de mudanças cotidianas, no qual se reconhecera que ninguém é totalmente independente, que todos precisamos de todos e de todas as capacidades e habilidades que cada um de nós possui, mesmo os que apresentam alguma deficiência, porque é assim que se constrói a vida em sociedade.
- c) O reconhecimento de que, em termos educacionais, professores, especialistas, diretores e servidores estão nessa relação de interdependência e que juntos devem procurar soluções para as situações que antes eram vistas como problemáticas.
- d) A revisão das práticas pedagógicas e do sistema de avaliação (que passaria a ser baseado nas potencialidades e não mais no mérito e rendimento), assim como a adaptação dos currículos.
- e) A aceitação natural da idéia de que nossas diferenças produzem valores diferentes entre as pessoas e, como uns poderiam fazer mais do que outros, aos que poderiam fazer menos seriam destinadas políticas assistencialistas.

**Questão 25:** Os estudos baseados na Teoria Crítica do Currículo apontam para o fato de que, no Brasil, os currículos adotados na Educação Básica contribuem para a seleção e a distribuição desigual dos saberes entre diferentes grupos sociais, atendendo aos interesses dos grupos dominantes e legitimando as estruturas de poder. As alternativas abaixo indicam as consequências desse fato, **exceto**:

- a) A desvalorização da contribuição de determinados grupos sociais – trabalhadores, negros, etc – na formação da sociedade brasileira e no seu processo de desenvolvimento econômico.
- b) A autonomia da escola e dos professores para adaptar as disciplinas e os conteúdos às características e às necessidades dos seus alunos, contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades sociais.
- c) A continuidade de um modelo de relações sociais pautado pelo preconceito contra os negros, os pobres, os portadores de deficiências e todos aqueles que, de uma forma ou de outra, não correspondam aos padrões elitistas dominantes.
- d) O desconhecimento da diversidade cultural que caracteriza a sociedade brasileira, bem como das diferenças regionais, tendo em vista a manutenção de um determinado padrão cultural.
- e) A imposição de uma suposta homogeneidade nacional que coloca em segundo plano as características, os valores, os estilos de vida e as manifestações culturais dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira.

**Questão 26:** De acordo com Azevedo (1998), a organização do poder se desenvolveu, no Brasil, refletindo o tipo de formação social que caracteriza historicamente a sociedade brasileira. Uma sociedade hierarquizada, onde um segmento minoritário apropriou-se das fontes geradoras de riqueza, constituindo uma elite dirigente e excluindo a maioria da população do acesso aos benefícios de desenvolvimento material e cultural. E a escola pública, como integrante da estrutura do Estado, não escapou a esse processo.

AZEVEDO, J. C. Escola Cidadã: construção coletiva e participação popular. In: SILVA, Luiz Heron (Org.). *A escola-cidadã no contexto da globalização*. São Paulo: Vozes, 1998. p. 308-319.)

Pensando na educação como instrumento para a democratização da sociedade, o autor propõe a democratização do Estado e da escola a partir de alguns princípios básicos. As afirmações, a seguir, refletem esses princípios, **exceto**:

- a) A administração pública tem a responsabilidade de garantir ensino de qualidade para todos porque democratizar o ensino significa entender a educação pública como direito do cidadão e dever do Estado.
- b) A democratização da gestão começa com a eleição da direção mas se consolida na democratização das relações de poder no interior da escola, o que envolve, inclusive, a efetiva participação dos pais de alunos e da comunidade.
- c) O trabalho pedagógico deve ser direcionado para a democratização do acesso ao conhecimento, constituindo-se num instrumento mediador da construção do conhecimento a partir dos saberes pré-existentes na cultura da comunidade.
- d) Embora a unidade escolar tenha seu espaço de autonomia, essa autonomia estará limitada pelos objetivos e interesses da instância administrativa à qual esteja subordinada, respeitando-se então fielmente quaisquer decisões dali emanadas.
- e) A organização de uma escola que se quer democrática deve ser produto da participação de todos os segmentos da comunidade escolar, com vistas à construção de um espaço emancipador e formador de sujeito histórico.

**Questão 27:** “Não obstante a importância da educação para a constituição do indivíduo histórico, mormente na sociedade atual, a escola é uma das únicas instituições para cujo produto não existem padrões definidos de qualidade (...) Mas, o que é o produto da escola? (...) Enquanto atividade adequada a um fim, o processo pedagógico constitui um verdadeiro trabalho humano, que supõe a existência de um objeto de trabalho que, no caso, é o próprio educando (...) O produto do trabalho é, pois, o aluno educado, ou o aluno com a ‘porção’ de educação que se objetivou alcançar no processo. Não tem sentido, portanto, identificar a aula ou o processo pedagógico escolar como produto da escola (...) Não pode haver ‘boa’ aula se não houve aprendizado por parte do educando. (...) A produtividade da escola mede-se, portanto, pela proporção de alunos que ela consegue levar a se apropriar do saber produzido historicamente. Isto supõe dizer que a boa escola envolve *ensino e aprendizagem* ou, melhor ainda, supõe considerar que *só há ensino quando há aprendizagem*” (PARO, 1998, p. 301-302).

(PARO, V. H. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. In: SILVA, Luiz Heron (Org.). *A escola-cidadã no contexto da globalização*. São Paulo: Vozes, 1998. p. 300-307.)

Considerando a crise qualitativa do sistema educacional brasileiro, pode-se deduzir que, para o autor,

- a) os altos índices de reprovação nos sistemas seriados e o baixo desempenho observado nos sistemas com progressão continuada são produto do desinteresse do aluno em aprender.
- b) é impossível medir a qualidade do trabalho pedagógico, porque cada aluno aprende de uma maneira própria e nenhuma aula pode ser boa o suficiente para garantir que todos aprendam.
- c) a qualidade do ensino no Brasil só vai melhorar quando a escola assumir sua parcela de responsabilidade no fracasso escolar e desenvolver um processo pedagógico que não seja um fim em si mesmo.
- d) é um equívoco querer medir a produtividade da escola, porque isso equivale a tratar professores e alunos como objetos de consumo e igualar o trabalho pedagógico ao trabalho desenvolvido nas empresas.
- e) os maus resultados obtidos pelos alunos, nas avaliações escolares, revelam as carências socioeconômicas e culturais que trazem de seus ambientes familiares e que impossibilitam um bom processo ensino-aprendizagem.

**Questão 28:** “Em nosso dia-a-dia, administração (ou gestão...) costuma ser associada com chefia ou controle das ações de outros. Isso decorre do fato de que, diuturnamente, convivemos com o arbítrio e a dominação e quase não nos damos conta disso. É compreensível, portanto, que gerir, administrar, seja confundido com mandar, chefiar. Todavia, se sairmos das concepções cotidianas e nos aprofundarmos na análise do real, perceberemos que o que a administração tem de ‘essencial’ é o fato de ser mediação na busca de objetivos. Administração será, assim, (...) ‘a utilização racional de recursos para a realização de determinados fins’” (PARO, 1998, p. 302).

(PARO, V. H. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública. In: SILVA, Luiz Heron (Org.). *A escola-cidadã no contexto da globalização*. São Paulo: Vozes, 1998. p. 300-307.)

Continua ...

Para o autor, essa concepção de administração é fundamental para a melhor compreensão do que seja uma gestão democrática da escola, porque

- a) o caráter de mediação permite a realização de uma gestão articulada com uma grande variedade de objetivos ligados tanto às atividades-meio, mais burocráticas, quanto às atividades-fim, que envolvem a relação ensino-aprendizagem.
- b) ela permite perceber a importância dos controles burocráticos, para que se possa garantir o cumprimento das normas e diretrizes estabelecidas pelas instâncias administrativas superiores.
- c) abre espaço para a difusão, no meio educacional, dos princípios que regem a administração empresarial, garantindo, assim, uma maior eficiência e eficácia no gerenciamento dos problemas cotidianos da escola.
- d) ao mesmo tempo em que permite a participação dos pais e da comunidade na gestão da escola, essa concepção garante aos diretores a autoridade necessária para definir os limites dessa participação.
- e) ela dá a devida prioridade à introdução de técnicas mais sofisticadas de gerência, transformando a gestão da escola num trabalho mais científico e dando ao diretores maior autonomia em relação à comunidade escolar.

**Questão 29:** Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) para o Ensino Médio foram estabelecidos com base nos marcos legais para esse nível de ensino, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96). Assim, os PCN's, para o Ensino Médio, propõem uma organização curricular com base nos princípios listados abaixo, **exceto**:

- a) garantir uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada que atenda às especificidades regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e do próprio aluno;
- b) permitir o planejamento e desenvolvimento orgânico do currículo, superando a organização por disciplinas estanques;
- c) dar liberdade aos estabelecimentos de ensino para que elaborem e executem suas propostas pedagógicas, respeitadas as normas comuns e as de seus sistemas de ensino;
- d) consolidar a oferta de duas estruturas curriculares básicas para o Ensino Médio: uma que prepare para a continuidade dos estudos em nível superior e outra que encaminhe para o mercado de trabalho;
- e) proporcionar a integração e articulação dos conhecimentos em processo permanente de interdisciplinaridade e contextualização.

**Questão 30:** De acordo com o MEC, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio “cumprem o duplo papel de difundir os princípios da reforma curricular e orientar o professor, na busca de novas abordagens e metodologias. [...] temos a certeza de contar com a capacidade dos nossos mestres e com seu empenho no aperfeiçoamento da prática educativa. Por isso, entendemos sua construção como um processo contínuo; não só desejamos que influenciem positivamente a prática do professor, como esperamos poder, com base nessa prática e no processo de aprendizagem dos alunos, revê-los e aperfeiçoá-los” (BRASIL/MEC, 2000, p. 4).

Nesse sentido, as alternativas abaixo indicam as possibilidades de utilização dos PCN’s pelos professores, **exceto**:

- a) Rever objetivos, conteúdos, formas de encaminhamento das atividades, expectativas de aprendizagem e maneiras de avaliar.
- b) Refletir sobre as práticas pedagógicas, tendo em vista uma coerência com os objetivos propostos.
- c) Reforçar as práticas pedagógicas mais tradicionais e consagradas, apoiadas na autoridade do professor quanto ao quê ensinar e o como ensinar.
- d) Discutir com as equipes de trabalho as razões que levam os alunos a terem maior ou menor participação nas atividades escolares.
- e) Identificar ou produzir novos materiais pedagógicos que possibilitem contextos mais significativos de aprendizagem.